

## Documento – Diversos textos sobre a cidade portuguesa de Olivença



Lage com o Escudo de Armas de Portugal e as peças do brasão de Olivença



Mapa completo do Distrito de Évora, incluindo Olivença



Mapa completo de Portugal, incluindo Olivença



**Mapa completo de Portugal, incluindo Olivença**

**Revista "Seara Nova", Abril de 1969**

**(A Revista Seara Nova era de oposição ao salazarismo. Vários dos seus números foram apreendidos pela polícia política PIDE/DGS. Neste números de Abril de 1969, há artigos de Mário Soares (hoje, Partido Socialista), Urbano Tavares Rodrigues (hoje, Partido Comunista), e Raul Brandão, por exemplo) (Há, neste artigo, ALGUMAS INFORMAÇÕES NOVAS, COMO O FACTO DE OS OLIVENTINOS CIRCULAREM EM PORTUGAL DURANTE TODO O SÉCULO XIX, DE TER HAVIDO EM LISBOA UM ADMINISTRADOR DO CONCELHO DE OLIVENÇA, e outros dados, NOMEADAMENTE SOBRE A ACÇÃO COLONIZADORA ESPANHOLA))**

**SEARA NOVA**

**REVISTA DE DOCTRINA E CRÍTICA**

**ANO XLVII-n.º 1482**

**Abril de 1969**

**Artigo de Pedro da Silveira (Pedro Laureano Mendonça da Siveira; ver informação sobre o autor no fim)**

**A PROPÓSITO DE GIBRALTAR**

**TAMBÉM HÁ OLIVENÇA**

**por Pedro da Silveira**

**(duas gravuras: uma da entrada da Misericórdia de Olivença, com a legenda**

«Única

Misericórdia da actual Espanha»; outra geral de Olivença, em que se vê a Porta do

Calvário, com a legenda «A devolução de Gibraltar a Espanha e a de Olivença a Portugal

devem marchar a par»)

«Gibraltar, cedida por Filipe V à Inglaterra, pelo Tratado de Utrecht, tão diferente em

tudo da nossa Olivença, está sendo discutida nas Nações Unidas, como sendo, diz a

Espanha, a única colónia existente na Europa!

Mas que dizer de Olivença onde, há pouco mais de seis anos, vimos nas suas igrejas

(Madalena e Misericórdia) bandeiras espanholas, picadas as quinas das casas armoriadas,

substituídos nas lápides indicativas das ruas, praças e largos, por nomes espanhóis os

nomes de ilustres portugueses que se nobilitaram pelos seus feitos e tanto honraram a sua

terra? Onde, logo que se tratava de portugueses, era proibido que se tirassem fotografias?

Pergunta-se, onde está a colónia?

Como pode cimentar-se, alicerçar-se uma amizade que assenta na injustiça e na

ingratidão?

(...)

A honra e a dignidade de um indivíduo, como a de uma Nação, prova-se pelo cumprimento

daquilo a que se obrigou. Nunca, em verdade, se pode ser amigo de alguém, quando se

sente, no coração e na alma, a afronta sofrida.»

(palavras do Coronel de Infantaria RODRIGO PEREIRA BOTELHO, proferidas a 18-11-1965,

in "Olivença", órgão oficial do "Grupo dos Amigos de Olivença", números 9-10, Lisboa,

Junho de 1966)

Pouco falada durante muitos anos, se bem que sempre presente no espírito dos

Espanhóis, não conformes, seja qual for a sua cor política, com vê-la amputada do corpo

nacional de Espanha, Gibraltar voltou há alguns anos - e continua - a ser reivindicada

pelo governo de Madrid. A discussão foi até à O.N.U., calorosa, com argumentos de parte a

parte que não interessa reproduzirem-se. Bastará dizer-se, recordando o essencial deles,

que a Grã-Bretanha, de princípio recusando discutir a reivindicação e logo a seguir

invocando o tratado de cedência, nos últimos tempos sobretudo insiste em que os

Gibraltinos não são espanhóis, que só a vontade deles conta quanto ao estatuto futuro dos

6 Quilómetros quadrados da «última colónia na Europa». Nesta ordem de ideias, foi mesmo

ao ponto de adiantar um referendo. Mas a Espanha, como era de esperar, repeliu semelhante

solução. Gibraltar, disse o governo de Madrid, foi sujeita, durante os dois séculos e

meio de ocupação britânica, a uma progressiva desespanização, no sentido de anular ou minimizar o peso pró-Espanha da opinião dos descendentes dos habitantes de 1704. Num caso assim, o referendo seria uma farsa. No entanto, o governo madrileno, uma vez tornada Gibraltar à posse de Espanha, não deixará de considerar o caso especial da sua população algo artificial e garantirá aos 30 000 habitantes do "peñon", por estatuto, uma autonomia, indo da liberdade religiosa total à liberdade política, ao ensino bilingue, etc. Pode a linguagem utilizada não ser como a traduzo aqui. O essencial, porém, é isto.

Mas o que me importa trazer aqui à luz é outro pequeno caso de colonialismo, também na Europa, demasiado esquecido, mas nem por isso mais insignificante que o de Gibraltar: o de Olivença.

---

#### COM UM POUCO DE HISTÓRIA, PARA MAIOR CLAREZA

---

Olivença foi portuguesa desde 1228, quando os templários portugueses conquistaram aos mouros os campos alentejanos circundantes, para logo de imediato ali levantarem castelo, com sua igreja, e uma povoação, núcleo matriz da vila. Sessenta e nove anos passados, sem que a terra mudasse de mãos(\*), o Tratado de Alcañices, celebrado entre D. Dinis e Fernando IV de Castela, pelo qual é ratificada e fixada a fronteira dos dois reinos, estabelece que certas povoações com seus termos, entre as quais as alentejanas de Campo Maior, Juromenha, Monforte, Olivença e Ouguela, fiquem, sem qualquer reserva, «para sempre» incorporadas na Coroa portuguesa, enquanto outras, como Aracena e Aroche, também para sempre ficariam de Castela. Ao contrário portanto do que escrevem, desde o século passado, historiadores espanhóis, Olivença não nos veio em dote de D. Beatriz ao casar, em 1309, com o infante português D. Afonso. A data do Tratado de Alcañices é de 12 de Setembro de 1297. E logo a 4 de Janeiro seguinte D. Dinis concedeu a Olivença o seu primeiro foral de vila. O novo foral, de D. Manuel I, é de 1510: três anos antes de Olivença, entretanto muito engrandecida, se tornar sede do Bispado de Ceuta. A Misericórdia, com seu hospital - única Misericórdia existente em toda a actual Espanha -, já fora criada, em 1501.

Morto o cardeal-rei, D. Henrique, em 1508, Filipe II de Espanha fez-se coroar rei de Portugal, aqui Filipe I, e estabelece em Lisboa uma junta governativa que superintenda em todo o reino. Olivença continua parte de Portugal, sendo sempre

administrada, durante os sessenta anos que durou a usurpação, por autoridades portuguesas.

No 1.º de Dezembro de 1640, Lisboa revolta-se e aclama rei o Duque de Bragança.

Olivença secunda Lisboa quatro dias depois. Até 1657 os Espanhóis arremeteram-na, sempre em vão; e quando, a 30 de Maio deste ano, o governador da Praça a entregou, porque era impossível continuar a resistência, sucedeu isto: os Oliventinos retiraram em massa da povoação, que ficou deserta e a saque, e passaram o Guadiana em busca de terra portuguesa

livre. Durante onze anos de voluntário exílio sofreram o que se calculará, só regressando, para reconstruírem a sua vila em ruínas, feita a Paz de 1668. E desde então,

até Maio de 1801, a vida foi ali como a de qualquer outra terra portuguesa. Durante a breve guerra de 1762, portuguesa continuara Olivença.

Como intróito ao que se seguirá, convém referir aqui a Guerra do Russilhão, de fins de 1793 a 1795, ou seja, o período de participação nela do Exército Auxiliar Português. Foi uma campanha desastrosa, no decorrer da qual os Espanhóis, retirando para cá do Tech e dos Pirinéus, se rendiam enquanto «os portugueses, por serem fazenda mais barata» (palavras de Gomes Freira de Andrade, coronel dum regimento, num ofício ao General Forbes), lhes pretavam cobertura até Gerona.

«Ainda que este socorro [do Exército Auxiliar Português] tivesse sido concedido a requirimento da Hespanha, e em conformidade de um ajuste feito com ella» - lê-se na Memória apresentada ao Congresso de Viena de Áustria, em 1815, pelos plenipotenciários de Portugal -, «com tudo esta Potencia, forçada pelos acontecimentos da guerra, a encetar negociações com a Republica Franceza, concluiu pouco depois a Paz de Basileia, sem compreender n`este tratado seu alliado, Portugal, e athé sem lhe dar parte da negociação, que o Duque de Alcudia, então Primeiro Ministro, que recebeu n`esta ocasião o título de Príncipe da Paz, conduzio athé o fim, debaixo do véo do mais profundo mysterio.

Foi então, principalmente pelo facto do socorro pretado á Hespanha, que a França se considerou em estado de guerra com Portugal. Desde então athé 1801, fez a corte de Portugal varias tentativas infructuosas, para concluir paz com a França, e se o territorio Portuguez não foi desde aquella epocha atacado pelos exercitos republicanos, elle não deve isso senão à sua posição geographica, que não deixava entre os dous estados ponto algum de contacto».

Não houve ataque dos «exercitos republicanos», mas pelo menos desde

**1796 corsários**

**franceses infestavam a costa portuguesa e o mar dos Açores, fazendo presas e ameaçando as**

**ilhas mais ocidentais, pior defendidas. E a 2 de Março de 1801, agora aliada da França**

**contra a Inglaterra, a Espanha manda a Portugal um ultimatum - a paz com a França ou a**

**guerra com ela! A 20 de Maio dá-se a invasão do Alentejo, várias praças são tomadas,**

**entre elas, no mesmo dia, a mal reparada Olivença, pelo exército franco-espanhol. Se bem**

**que a luta prosseguisse, vitoriosa para os portugueses em Trás-os-Montes e já na frente**

**de Portalegre onde Gomes Freire ainda a 14 de Junho avança pela Extremadura espanhola, a**

**6 deste mês era assinado o Tratado de Badajoz, com a cedência de Olivença e seu território**

**além-Guadiana: cerca de 600 quilómetros quadrados (\*\*), que além da vila, praça forte,**

**incluem as freguesias de Vila Real(\*\*\*), Ramapalha, S. Bento da Contenda, S. Domingos, S.**

**Jorge e Táliga, com mais de cinco mil habitantes (hoje entre 20 e 25 mil).**

**O tratado de Badajoz, cujas exigências iniciais ainda eram maiores, tanto que o**

**plenipotenciário português se recusou a assinar o primitivo texto, não tem qualquer**

**validade. Segundo o seu Artigo IX, devia ser ratificado, no prazo máximo de 25 dias, pelo**

**Primeiro Cônsul da República Francesa, Napoleão Bonaparte. Mas essa ratificação não se**

**efectuou. Depois, no concernente à paz por ele estabelecida, tanto a França como a**

**Espanha o violaram, com a invasão de 1807. Por essa mesma razão o repudia o Príncipe**

**Regente D. João (VI), no seu Manifesto dirigido do Rio de Janeiro a 1 de Maio de 1808.**

**No decorrer da última das três invasões francesas ainda Olivença foi durante curto**

**período portuguesa, na Primavera de 1811. Em Janeiro a sua guarnição espanhola rendera-se**

**às tropas imperiais (francesas). A 15 de Abril, uma força portuguesa tomou de assalto a**

**praça, deixando-a guarnecida por um regimento de infantaria e um destacamento de**

**artilharia. Por ordem de Beresford, voltou à posse dos Espanhóis, prometendo Wellesley**

**que, feita a paz geral, seria restituída a Portugal.**

---

## **OUTRO POUCO DE HISTÓRIA IGUALMENTE INSTRUTIVA**

---

**Como se viu atrás, o Tratado de Badajoz, não ratificado pelo Primeiro Cônsul da**

**República Francesa - Bonaparte, pouco depois Napoleão I -, e depois violado**

**unilateralmente, mercê da invasão franco-espanhola de 1807, nenhuma validade jurídica**

**tem. mas há mais, da parte de Espanha.**

**Em 1810, o Tratado de Cádiz, assinado entre Portugal e Espanha, estatui**

**(Artigo IV)**

que «a cidade de Olivença, seu território e dependências sejam reunidos de novo à Coroa de Portugal». Mas o governo espanhol nunca cumpriu a letra deste artigo do tratado!

Em 1814, terminada a guerra contra Napoleão e reunidas em Paria as Potências europeias, a 30 de Maio resolvem, pelo artigo III adicional ao tratado assinado por todas, declarar «nulos todos os tratados, convenções e actos concluídos anteriormente à guerra especialmente os tratados assinados em Badajoz e Madrid em 1801». Mais uma vez o governo espanhol faltou ao que aceitara |

No ano seguinte, as Potências tornam a reunir-se, no Congresso de Viena, estando representados Portugal e Espanha. O Artigo CV (105) do Acto Final do Congresso reconhece os direitos de Portugal sobre Olivença e as nações representadas obrigam-se a empregar «os seus esforços mais eficazes, a fim de que se efectue a retrocessão dos ditos territórios em favor de Portugal». Dois anos depois, a 7 de Maio de 1817, um plenipotenciário espanhol assina em Paris, em nome do seu rei, o tratado de Viena - «reconhecendo assim a Espanha os direitos de Portugal sobre Olivença, e obrigando-se a restituí-la». Mais outra vez, o convencionado não se cumpriu.

Ainda em 1818, depois de disputas várias entre Portugal e a Espanha derivadas da intervenção portuguesa contra Artigas, no Uruguai, as Potências da Santa Aliança redigem (Agosto) o projecto de um tratado com uma convenção entre as duas nações. O representante espanhol declarou então «que a sua Corte estava na determinação de restituir a Portugal a vila de Olivença e os seus territórios». Palavras!

Perturbações bem conhecidas da vida dos dois Estados peninsulares não permitiram, desde 1826, que a questão de Olivença voltasse à discussão. Mas já em 1835, com o regime liberal no poder em Portugal, realizam-se conferências entre os ministros português e espanhol Alvarez y Mendizabal, insistindo o português no cumprimento do tratado de Viena e prometendo o espanhol «promover no seio do gabinete de que faz parte o bom resultado da reclamação, por a julgar procedente». Ainda palavras!

É certo que desde aí Portugal não voltou a insistir com a Espanha pelo cumprimento dos tratados que a obrigavam. Tanto assim que em 1874 um historiador que de Olivença não cuidava, o açoriano Macedo, punha na sua "História das quatro ilhas que formam o Distrito da Horta" esta nota, suscitada pela chegada ao Faial em Janeiro de 1801 [deve tratar-se



de 1802] da notícia do Tratado de Badajoz: «Foi este tratado assignado em Badajoz, ficando em poder dos espanhoes a praça d` Olivença em refens do cumprimento da nossa parte, e que nos devia ser restituída apenas terminada a lucta; mas não o foi por incuria» (vol I, pág. 288). Errada na primeira parte, quase se ajusta na conclusão: à falta de palavra dos governos de Espanha, deve efectivamente somar-se a falta de insistência dos portugueses, mesmo sabido que a data de 1385 [erro evidente: trata-se de 1835], para a última evidente reclamação, coincide com o início de um período assaz perturbado, do Liberalismo luso. Que Olivença, porém, continuava a ser tida como portuguesa, tanto por governos como por governados, provam-no, além das intervenções de Palmela no Senado em 1840-41, os mapas de Portugal do século XIX (e aind o dum atlas adoptado no ensino depois de 1910): em muitos o termo de Olivença é marcado como sob ocupação.

Por outro lado, durante a Monarquia Liberal como na I República os Oliventinos circularam em Portugal e o habitaram com direitos de cidadania iguais aos dos outros portugueses. Também chegou a haver (até quando?), no Ministério hoje dito do Interior, um funcionário com o título simbólico de administrador do Concelho de Olivença.

Em 1911, no Primeiro Senado da República, Ramos da Costa tornou a levantar a questão do concelho irredento, com palavras que bem merecem reedição. Mas entretanto e até agora lá se vai processando em Olivença o que o Dr. António Bartolomeu Gromicho, em 1962, chamou sem rodeios «desaportuguesamento persistente».

---

## EM CONCLUSÃO

A questão de Gibraltar tem sido discutida na O.N.U.. Em Portugal têm-na seguido, quer através do noticiário dos jornais, quer pelas notas que a Embaixada de Espanha por diversas vezes também fez aparecer, para nossa melhor elucidação, na imprensa de Lisboa. E, salvo decerto certos raros casos de anglofilia fanática, pode dizer-se que todos os portugueses, mesmo os não simpatizantes do governo actual de Espanha, admitem a justeza da reivindicação. Por outro lado, também sabemos que ela tem história que remonta a muito antes de 1939, sustentada que foi tanto pela Monarquia borbónica como pela República nascida das eleições de 12 de Abril de 1931, embora sem o aparato de hoje em dia. Os tempos não se pretavam...

A questão de Olivença, pelo contrário, nunca modernamente recebeu oficialização maior que a decorrente do estabelecido, desde 1952, nas reuniões da Comissão Internacional de Limites Luso-Espanhola. Em 1959, ano da terceira reunião, ficaram por colocar os marcos delimitadores no trço de raia fronteiro ao concelho irredento, aguardando Portugal que a Espanha resolvesse pronunciar-se (\*\*\*\*). Até agora, continuámos à espera. Mas então?

Pelo que anteriormente se viu, o pleito de Gibraltar não se pode desligar inteiramente da causa adiada de Olivença. A Grã-Bretanha, com efeito, é ré em ambos os casos: no nosso, pela letra do artigo secreto dos preliminares de paz com a França de 1 de Outubro de 1801, mantida no artigo 7.º do tratado de Amiens, de 1802; e assim sendo - e com tudo o mais! -, resta, para concluir, desejar-se que ambas as questões, a da devolução de Gibraltar à Espanha e a da de Olivença e seu termo a Portugal, marchem a par; que não se resolva aquela, sem que esta também se resolva. Tanto melhor se para isso, no caso de Olivença, não haja que levar-se o pleito a assembleias mais internacionais que a Comissão Internacional de Limites Luso-Espanhola, antes o resolvendo por acordo de país com país - sempre entendido, aquém e além Guadiana, que não deve ser unilateral a boa vizinhança nem o respeito da letra dos tratdos assinados.

P. de S.

Pedro da Siveira

NOTA (do original)-è muito vasta a bibliografia oportuguesa sobre Olivença, até 1946 compendiada pelo oliventino Ventura Ledesma Abrantes numa "Cronologia Histórica e Bibliográfica da Vila de Olivença", inserta no «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», 64.ª Série, n.º 5 e 6, de Maio e Junho do mesmo ano. O órgão do «Grupo dos Amigos de Olivença», "Olivença", de publicação irregular, também é rico de ensinamentos. quanto a livros, sobressaiem: "Olivença", por Gustavo de Matos Sequeira e Rocha Júnior, Lisboa, 1924; e "como perdemos Olivença", por Queirós Veloso, com duas ed., Lisboa, 1932 e 1939. Em equação com a de Gibraltar, a reivindicação foi já abordada em 1863(1963?) por Estácio da Veiga, no opúsculo "Gibraltar e Olivença - Apontamentos para a história da usurpação destas duas praças".

---

(\*) informação incorrecta, pois Olivença mudou de mãos, para Castela, pelo menos a partir

de 1267, se não antes. É mesmo provável que os Templários que chegaram a Olivença em 1228 viessem de Leão.

(\*\*) na verdade, 454 quilómetros quadrados.

(\*\*\*) Vila Real pertencia ao então Concelho de Juromenha, e não a Olivença.

(\*\*\*\*) várias fontes, nomeadamente manuais escolares de Geografia de 1974 e 1975, afirmam ter a parte espanhola ter reconhecido as razões de Portugal. Olivença aparece mesmo integrada no território deste.

---

#### **INFORMAÇÃO SOBRE O AUTOR**

**Pedro Laureano Mendonça da Silveira (Fajã Grande, 5 de Setembro de 1922 — Lisboa, 2003),**

mais conhecido por **Pedro da Silveira**, foi um poeta, crítico literário e investigador, com

vasta colaboração dispersa em periódicos e revistas. Fez parte do conselho de redacção da

revista **Seara Nova** (até 1974) e é autor de várias obras de poesia e de recensão

literária, estreando-se com o livro **A Ilha e o Mundo** (1953). É autor de duas antologias

de poetas açorianos, a primeira das quais com um prefácio em que autonomiza a literatura

deste arquipélago em relação a todas as outras literaturas de expressão lusófona.

Integrou a comissão de gestão **Biblioteca Nacional de Lisboa**, da qual se aposentou como

director dos **Serviços de Investigação e de Actividades Culturais**.

---

#### **TEXTOS ACTUAIS:**

Jornal "I", ionline, [www.ionline.pt](http://www.ionline.pt), 13-Maio-2009 (pelas 13: 00 horas)

Data: Wed, 13 May 2009 13:16:04 +0100 [13-05-2009 13:16:04 WEST]

**Visite Portugal ao Sul de Badajoz**

**Publicado em 13 de Maio de 2009**

Tantas vezes se vai a Badajoz. E, no deslumbramento do consumismo e da pseudo-modernidade, nem se procura mais nada a não ser "calles" concorridas e grandes centros comerciais...iguais em todo o mundo.

Se vamos a Badajoz... pelo menos examinemos o mapa. A vinte quilómetros ao sul está algo de diferente. Também se pode ir de Elvas a esse "algo", pela Ponte da Ajuda, sem passar pela dita Badajoz. Mas... fiquemo-nos pela primeira hipótese, e encontraremos uma cidade de pouco mais de 10 000 habitantes. Chama-se Olivença, portuguesa sem contestações entre 1297 e 1801. Constitui um pomo de discórdia entre Lisboa e Madrid, já que Portugal reivindica a Região. Algo pouco dramático numa Europa comunitária, e que por isso mesmo causa

estranheza ser relativamente pouco falado.

**Olivença surpreende. Convém ir de manhã. O acervo monumental é estonteante. Todo português. Uma catedral manuelina (Santa Maria Madalena), que poucas vezes é referida. Um palácio dos Duques de Cadaval, com uma Porta Manuelina, entrada da Câmara Municipal. Uma Igreja da Misericórdia (só aberta de manhã). Uma Igreja "maneirista" (Santa Maria do Castelo). Um castelo dionisino, que abriga um incrivelmente rico museu etnográfico. Uma Torre de Menagem, da época de D. João II, que já foi a mais alta de Portugal. Um Convento de São João de Deus. Uma muralha seiscentista/setecentista, com uma Porta em mármore (Porta do Calvário). A pequena Igreja de N. S. da Conceição. O Convento de São Francisco. Um Quartel do Século XVIII (Centro de Saúde). Velhas ruas de traça portuguesa meridional. Um mundo rural alentejano, onde se fala mais português do que na sede do município. Uma aldeia, Tália, que já se separou (1850) da sua sede oliventina.**

**Pode crer que conhecerá algo diferente. Sem paralelo. Ao contrário dos hiper-mercados...**

---

**QUIOSQUE AEIOU (Digital), 14 de Maio de 2009**

**Olivença...para quando o seu regresso à Patria Mãe?  
por Henrique Neto(empresário; durante muito tempo ligado ao Partido Socialista)**

**Numa altura em que as fronteiras físicas deixaram de existir à alguns anos, Portugal é o unico País da Europa cujas fronteiras administrativas não estão totalmente definidas...sendo Olivença o "culpado" por esta situação!**

**Mas para falar de Olivença temos que ir à origem da fundação de Portugal, que viu reconhecida a sua Independência em 1143 com a Assinatura do Tratado de Zamora. Tendo em 1249 "chegado" às "actuais" fronteiras...com Olivença a ser reclamada por Portugal e Espanha.**

**Mas vamos aos factos: O Tratado de Alcanizes de 1297, estabelecia Olivença como parte de Portugal. Em 1801, através do Tratado de Badajoz, que foi denunciado pelo nosso País, o território foi anexado a Espanha. No entanto, em 1817 a Espanha reconheceu a soberania portuguesa, subscrevendo o Congresso de Viena de 1815, comprometendo-se a devolver o território o mais rapidamente possível. Porém, até aos dias de hoje, tal ainda não aconteceu.**

**Será que essa devolução irá ter lugar algum dia? Com o andar da carruagem, duvido que isso aconteça nos séculos mais próximos...**

---

**Hoy, Badajoz, 12 de Maio de 2009**

**JOSÉ ANTONIO ROCAMORA | INVESTIGADOR Y PROFESOR DE HISTORIA**

**«Una alumna portuguesa me dijo que moriría por Olivenza»**

**A. GILGADO | BADAJOZ**

**El profesor, durante su conferencia de ayer. / MAVI**

**AULA HOY**

**Autor: José Antonio Rocamora. Investigador y profesor de Historia**

**Contemporánea de la  
Universidad de Alicante**

**Título: El Iberismo. Un viejo proyecto para unificar la Península**

**Lugar: Esta tarde a las 20.30 en el Hotel Husa Zurbarán de Badajoz**

**«Hay que entender el iberismo como una corriente de unión y cooperación»**

**El investigador repasa en Aula HOY los intentos de unificación entre  
España y Portugal**

**España y Portugal pudieron formar matrimonio. La historia está plagada de  
intentos por**

**casarlas. Pero el Iberismo, movimiento que aboga por la unión de los dos  
estados, nunca**

**cristalizó. José Antonio Rocamora repasa estos episodios en Aula HOY. Hoy  
en Badajoz, y**

**ayer lo hizo en Cáceres.**

**-¿Cómo se puede entender el nacionalismo entre dos países diferentes?**

**-Tenemos que entender el sentimiento de unión entre España y Portugal como  
una corriente**

**nacionalista diferente al nacionalismo que vemos en la actualidad. No  
todos los**

**nacionalismos hablan de la diferenciación dentro de un Estado. Como  
referencia histórica**

**nos podríamos situar en los procesos que se llevaron a cabo en Alemania o  
Italia.**

**Pequeños nacionalismos que aspiraron a un estado mayor.**

**-¿La idea de unificar España y Portugal siempre ha existido?**

**-Decir que el nacionalismo ha existido siempre es un error. En realidad  
estaríamos**

**hablando de un fenómeno histórico reciente. Sus orígenes estarían en la  
Revolución**

**Francesa. A partir de esta época ya se empieza a hablar de la creación de  
un estado**

**ibérico. Otro momento fluye a partir de las pérdidas de las colonias de  
ambos países.**

**Tanto el imperio español como el portugués entran en recesión y, en ambos  
países, surge**

**una corriente que vuelve a retomar la necesidad de que la unión entre los  
dos países les**

**haría más fuerte en el nuevo contexto internacional. Más tarde, en el  
siglo XIX, la**

**creación de Alemania, Italia, pone de manifiesto que el iberismo puede ser  
posible.**

**-¿Ayudaron otros nacionalismos?**

**-En realidad, el verdadero impulsor del iberismo en el siglo XX es el  
nacionalismo**

**catalán. Sus principios originarios configuraban la nación a partir de una  
lengua. Por**

**eso dividía la Península Ibérica en tres naciones. Portugal y Galicia, una**

gran Castilla

y Cataluña. Desde su punto de vista conceptual es coherente. Otra cosa es que sus

postulados sean o no compartidos.

-¿La llegada de la democracia afectó al desarrollo del iberismo?

-Antes de eso, en la Guerra Civil, se destierra del todo el iberismo. En la transición

también se retoma el tibio interés. Ambos países atraviesan por circunstancias similares:

la Revolución de los Claveles en Portugal, y la pérdida del Sáhara en España. También es

destacable en esta época un empuje cultural: el libro de Saramago 'La Balsa de piedra',

es una novela con un contenido iberista. Pero son empujes muy tímidos.

-¿Por qué nunca llegó a cristalizarse?

-La principal causa quizá se explique por lo difícil que resulta la unión de dos estados

tan distintos, tan asimétricos. Los casos de Alemania e Italia es que partían de estados

muy pequeños e iguales. Otro elemento a tener en cuenta es la diferente percepción que se

tenía en ambos países del iberismo. En Portugal se veía algo así como un grande que

quiere acechar a un pequeño. Existían muchas reticencias a España y se creó un

sentimiento antiespañolista. Es decir, si España y Portugal hubieran sido más iguales,

hubiera resultado más fácil. Y, por supuesto, hizo falta políticos dispuestos a asumir

riesgos. Por ejemplo, el Rey de Saboya, cuando quiso unir Alemania, podía haberse quedado

sin trono y aún así lo intentó.

-¿Ese sentimiento se da todavía?

-Tengo una alumna en Alicante que dice que estaría dispuesta a morir por Olivenza. Esto

explica que la escuela ha servido para fomentar este sentimiento nacionalista contra los

españoles. Pero el iberismo es otra cosa. Se trata de un sentimiento de unión, de

cooperación y de proyectos en común entre ambos países.

-El tema parece olvidado.

-A día de hoy no hay ninguna fuerza política ni ningún partido que abogue por esta

creación de estado entre España Portugal. Se trata ya de una idea desterrada. A pesar de

la tradición cultural que tiene. Figuras tan destacadas como Saramago, Pessoa o Camoes

guardan un sentimiento iberista. De hecho, cuesta difícil entender a Saramago como un

autor extranjero.

-La Unión Europea no puede ser un impulso a este viejo proyecto de unir España y Portugal?

-La Unión Europea ya aboga por esta cooperación ibérica entre ambos países. Pero es

cierto que en Portugal también existe la idea de que la cooperación con España acabe

desvaneciendo la personalidad de Portugal en la Unión Europea. Pero también es cierto que

el intercambio comercial, económico (que se nota mucho en Extremadura) entre ambos países contribuye a ahuyentar esos miedos. De cualquier modo, sólo el 30 por ciento de los portugueses manifiesta su interés por una creación de un estado ibérico. Es decir, hay un 70 por ciento que no lo apoya.

-Pero los lazos dentro de la Unión Europea se estrechan. Quizá esto beneficie en un futuro.

-No se puede hablar de lo que pasará en el futuro. Podemos entender que esta unión política y económica en el marco de la Unión Europea vaya a más y nos topemos de bruces con un estado ibérico en la práctica. También puede pasar todo lo contrario. A lo mejor, en un futuro, los portugueses temen que se diluya su personalidad dentro de la Unión Europea y se alejan de España. El sentimiento nacionalista por tanto se queda caduco. Y por último, también puede ocurrir que el sentimiento europeo se convierta en un nacionalismo propio. Enterrando así el iberismo como movimiendo nacionalista.

-----  
**HOY, BADAJOZ, 13 de Maio de 2009**  
conocidos por modernizar la música folklórica  
Acetre (GRUPO DE OLIVENZA) es elegido el segundo mejor grupo folk español por la crítica especializada  
Los músicos extremeños comparten clasificación con Kepa Junquera y son conocidos por haber modernizado la música folklórica

**MERCEDES BARRADO TIMÓN**  
| BADAJOZ  
José Tomás Sousa (de Olivenza,segundo por la izquierda) y el resto de los músicos del destacado grupo.  
Su versión de 'La alborada del Jarramplás' ha sido alabada  
Están en lo más alto del folk nacional. Una encuesta entre especialistas realizada por la revista Interfolk sobre los mejores grupos folklóricos de los diez últimos años en nuestro país sitúa a Acetre en el segundo puesto del ranking, tan sólo detrás de Eliseo Parra y ex aqueo con Kepa Junkera y Mercedes Peón. Detrás de ellos, nombres tan importantes como La Musgaña o Berrogüetto.  
A esta clasificación, se une que también se ha seleccionado un tema de Acetre para un CD conmemorativo editado con motivo del aniversario de la revista. El tema elegido es 'La alborada del Jarramplas', en la versión que Acetre realizó para su disco 'Canto de Gamusinos'.

La decisión de la revista ha sido recibida con sorpresa y con alegría en el grupo, en el que José Tomás Sousa hace labores de portavoz para recordar que esa alborada del Jarramplás se grabó en 1997.

El origen de la canción es antiquísimo, aunque sin que se pueda precisar el mismo. Acetre conservó la melodía pero realizó unos arreglos adecuados a los objetivos musicales del grupo. Con el tiempo, su versión ha ido imponiéndose y es, por ejemplo, la que cantan las rondas de otro pueblo con larga tradición folklórica: Villanueva de la Vera. «Nos encanta ir a Piornal porque nos quieren y nos tienen endiosados; nos invitan y nos hacen la ola», dice José Tomás Sousa. Acetre ha modernizado la tradición folklórica extremeña sin limitarse sólo a la Raya, a pesar de ser de Olivenza y haber recogido las esencias de la cultura musical hispano-portuguesa. De hecho, han sido considerados ejemplo del llamado 'Folk bilingüe', pero ellos dicen que actúan más en la provincia cacereña que en la pacense.

Sousa explica que Acetre obedece a la costumbre de hacer folklore en grupos con un buen número de integrantes, como ocurre con las rondas populares. Acetre ha incorporado la sonoridad casera del folklore que habitualmente surgía en las cocinas, en torno al ruido de los menajes populares.

De hecho, han llegado a utilizar la percusión de un dedal con el que hacer vibrar la parte posterior de una modesta sartén. Y también la flauta extremeña, definida por García Matos como 'la flauta de tres agujeros', una denominación que José Tomás Sousa gusta de usar.

#### **Modernización**

Este fue el sonido de los primeros años de Acetre, que al tiempo comenzó a introducir en sus arreglos sonos de teclados, de bajos eléctricos, violines o peculiaridades de las formaciones jazzísticas. Pero fue a partir de 1997 cuando el grupo decidió derivar hacia trabajos más creativos, porque, según Sousa, de otro modo «la música se queda en el museo».

José Tomás Sousa cree que los músicos tienen una responsabilidad importante en la futura evolución del folklore porque ahora están bien preparados para esta tarea y tienen acceso a las músicas que se hacen en todo el mundo.

Acetre, que sigue moviendo por los escenarios su último trabajo, 'Dehesario', del 2007, actuará en julio próximo en el Womad del Reino Unido y en el Festival de las Músicas del Mundo de Sinnes.



---

( António Conde, em Maio de 2009 )